



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO - SANTA CATARINA  
SERVIÇO DE LICITAÇÕES E COMPRAS - SELCO**

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 17042/2023-A**

**TERMO DE RERRATIFICAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 02/2024**

**FINALIDADE:**

---

1) Retificar a **Cláusula - Da Utilização da Ata por Órgão Não Participante**, alterando a descrição: “Será admitida a adesão a esta ata por órgãos ou entidades não participantes, observados os limites previstos no artigo 32 do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023”, para que conste: “**Não será admitida a adesão** a esta ata de registro de preços”;

2) Excluir a **Cláusula - Do Prazo de Entrega**: “30 (trinta) dias a partir da ordem de serviço emitida pela SSI, para cada localidade”, para que seu conteúdo seja inserido na **Cláusula Primeira - Do Objeto**, a fim de renumerar as demais cláusulas de acordo com a Minuta da Ata de RP 2/2024 (anexa ao Edital);

3) Retificar a **Cláusula Dezenove - Das Disposições Finais**, alterando a descrição para que conste: “**Cláusula Dezenove - Do Foro**”, cumprindo parecer da ASJUR - doc. 123, e;

Ratificar as demais disposições de Ata, permanecendo inalteradas.

**CONTRATANTE:**

---

**Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região**

Rua Esteves Júnior, nº 395 – Centro – Florianópolis – SC – CEP: 88015-905

CNPJ: 02.482.005/0001-23

Endereço eletrônico: [www.trt12.jus.br](http://www.trt12.jus.br)

E-mail: [srp@trt12.jus.br](mailto:srp@trt12.jus.br)

Telefone: (48) 3216-4136

**FUNDAMENTOS:**

---

Lei nº 10.520/02, Decreto nº 3.555/00, Decreto nº 5.450/05, Decreto nº 10.024/19, Decreto nº 8.250/2014, Decreto 9488/2018 e, subsidiariamente, as Leis nº 8.666/93, nº 8.078/90 (CDC), e demais legislações aplicáveis à matéria.

---





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO - SANTA CATARINA**  
**DOCUMENTOS INTEGRANTES DA ATA:**

---

As especificações dos bens, obrigações, penalidades, prazos de entrega, forma e condições de fornecimento dos bens, forma de pagamento, reajuste e revisão

de preços e as demais disposições contratuais, que disciplinarão as futuras contratações decorrentes deste Registro de Preços, constam consignadas no **Pregão Eletrônico nº 17042/2023**, que ora integram esta Ata, assim como os termos da Proposta, independente de transcrição.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 2/2024**

---

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

---

Registro de preços para futura aquisição, sob demanda, de equipamentos próprios de controle de acesso, a serem instaladas na região metropolitana de Florianópolis e também nas cidades de Chapecó, Criciúma, Joinville e Lages.

Prazo de entrega: **30 (trinta) dias** a partir da ordem de serviço emitida pela SSI, para cada localidade

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

---

**Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região**  
Rua Esteves Júnior n. 395 – Centro – Florianópolis – SC – CEP: 88015-905  
CNPJ: 02.482.005/0001-23  
Endereço eletrônico: <https://portal.trt12.jus.br/>  
E-mail: [srp@trt12.jus.br](mailto:srp@trt12.jus.br)  
Telefone: (48) 3216-4136

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

---

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) Fornecedor(es) se obriga(m) a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito(s), inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

A existência de quantidades e preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO - SANTA CATARINA**  
licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS QUANTIDADES DO GERENCIADOR E DOS PARTICIPANTES**

Item	Descrição	Quant. Mínima	Quant. Máxima
1	Fornecimento e instalação de conjunto composto por Catraca Matriz + Catraca Auxiliar. Marca/modelo: Intelbras / CAF 5000 - Catraca Tipo Flap. Prazo de Garantia: 1 ano	1	13
2	Fornecimento e instalação de Catraca do tipo Central. Marca/modelo: Intelbras / CAF 5000 - Catraca Tipo Flap Prazo de Garantia: 1 ano	1	4

**CLÁUSULA QUINTA - DAS ESPECIFICAÇÕES, PREÇOS E QUANTIDADES REGISTRADOS**

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

<b>1º Colocado</b>
Empresa: GH SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES LTDA CNPJ nº: 34.633.231/0001-54
Endereço: Rua Souza Dutra 145 – SALA 1003      bairro: Estreito      Cidade: Florianópolis UF: SC CEP: 88070-605 Telefone (48) 3028-5180 E-mail: gabriel@ghsolucoes.com.br
Representante: Gabriel Herarte RG: 3780007 Emissor: IGP/SC CPF: 033.072.489/44

**ITENS REGISTRADOS**

Item	Descrição	Quant. Mín.	Quant. Máx.	Valor Unitário (R\$)
1	Fornecimento e instalação de conjunto composto por	1	13	33.945,00





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO - SANTA CATARINA**

	Catraca Matriz + Catraca Auxiliar. Marca/modelo: Intelbras / CAF 5000 - Catraca Tipo Flap. Prazo de Garantia: 1 ano			
2	Fornecimento e instalação de Catraca do tipo Central. Marca/modelo: Intelbras / CAF 5000 - Catraca Tipo Flap Prazo de Garantia: 1 ano	1	4	28.378,02

**Não houve manifestação referente a cadastro de reserva.**

---

**CLÁUSULA SEXTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE**

---

Não será admitida a adesão a esta ata de registro de preços.

---

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

---

Os preços constantes da ata serão reajustados, respeitada a periodicidade mínima de um ano a contar da data do orçamento estimado, limitado o reajuste à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou de outro índice que passe a substituí-lo, e na falta deste, em caráter excepcional, será admitida a adoção de índices gerais de preços de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = \frac{I - I_0}{I_0} \times P \text{ onde:}$$

- a) para o primeiro reajuste:
- R = reajuste procurado;
- I = índice relativo ao mês de reajuste;
- I<sub>0</sub> = índice relativo ao mês da data limite para apresentação da proposta;
- P = preço atual dos serviços/contrato;

§ 1º – O valor e a data do reajuste serão informados mediante apostila.

---

**CLÁUSULA OITAVA - DO CONTROLE E GERENCIAMENTO DA ARP**

---

O controle e o gerenciamento das atas de registro de preços serão realizados pelo Órgão Gerenciador por meio da ferramenta de Gestão de Atas, quanto a:

- I. os quantitativos e os saldos;
- II. as solicitações de adesão; e
- III. o remanejamento das quantidades.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO - SANTA CATARINA**

§1º Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços.

§2º As quantidades previstas para os itens poderão ser remanejadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora entre os participantes ou entre estes e órgão ou entidade não participante, observada a permissão e os limites para adesões se for o caso.

---

**CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

---

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo, nos termos previstos no artigo 25 do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

---

**CLÁUSULA DEZ - DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

---

Os preços registrados poderão ser negociados nas situações e nas formas previstas nos artigos 26 e 27 do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

---

**CLÁUSULA ONZE - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

---

O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa, nas hipóteses e na forma previstas no artigo 28 do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

---

**CLÁUSULA DOZE - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

---

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas hipóteses previstas no artigo 29 do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

---

**CLÁUSULA TREZE - DA CONTRATAÇÃO**

---

O signatário da ata de registro de preços será convocado para retirar a Nota de Empenho, que será previamente emitida e disponibilizada pelo Tribunal contratante, com a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual, após emissão de nota de empenho de despesa.

A execução se dará conforme a cláusula "DA EXECUÇÃO DO CONTRATO", prevista no contrato.

§1º Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, os licitantes que compõem o cadastro de reserva poderão ser convocados, observada a ordem de classificação.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO - SANTA CATARINA**

§2º Nas contratações será respeitada a ordem de classificação dos fornecedores registrados na ata, em que os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

§3º A contratação de item específico constante do grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o Contratante.

---

**CLÁUSULA CATORZE - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

---

Ficará sujeito às seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, o fornecedor signatário da Ata que cometer qualquer das infrações discriminadas abaixo.

I. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave em relação às seguintes condutas do fornecedor:

- a. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- b. não retirar a nota de empenho, não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de vigência da ata.
- c. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal, direta e indireta, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos, em relação às seguintes condutas do fornecedor:

- a. praticar qualquer das infrações nas letras “a” a “c” do inciso anterior quando se justificar a imposição de penalidade mais grave que a sanção nele referida.
- b. prestar declaração falsa durante a execução do contrato.
- c. praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- d. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- e. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- f. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/ 2013.

III. Multa compensatória, estipulada em valor entre 0,5% e 30% sobre o valor da contratação, por qualquer das infrações elencadas nos incisos anteriores, e poderá ser aplicada cumulativamente com aquelas sanções.

§1º O licitante contratado ficará sujeito às sanções previstas na cláusula “DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS” do contrato.

§2º As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO - SANTA CATARINA**

a ata.

§3º Na aplicação das sanções definidas nesta Ata serão observados os conceitos, critérios, prazos e procedimentos estabelecidos na Portaria PRESI nº 340/2022 do TRT 12ª Região, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho de 13 de junho de 2022 e disponível no endereço [http://trtapl3.trt12.gov.br/cmdg/img\\_legis/2022/061011340.pdf](http://trtapl3.trt12.gov.br/cmdg/img_legis/2022/061011340.pdf).

§4º Compete ao gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

§5º O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências que ensejam o cancelamento do registro do fornecedor, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

---

**CLÁUSULA QUINZE - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

---

A presente Ata de Registro de Preços fundamenta-se na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e, subsidiariamente, a Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990 e demais legislações aplicáveis à matéria.

---

**CLÁUSULA DEZESSEIS - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DA ATA**

---

As especificações, obrigações, penalidades, prazos de entrega, forma e condições de execução, forma de pagamento, reajuste e revisão de preços e as demais disposições contratuais, que disciplinam as futuras contratações decorrentes deste Registro de Preços, constam consignadas no Edital do Pregão Eletrônico 17042/2023-A, do Termo de Referência e da minuta contratual, que ora integram esta Ata, assim como os termos da proposta, independente de transcrição.

---

**CLÁUSULA DEZESSETE - DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

---

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços no site <https://contratos.sistema.gov.br/transparencia/arp>.

A critério da Administração poderá ser solicitada também a assinatura eletrônica diretamente no PROAD, por meio de acesso com nome de usuário e senha, com o uso de ferramenta disponibilizada pelo Tribunal na Internet.

---

**CLÁUSULA DEZOITO - DA PUBLICAÇÃO**

---

O TRT 12ª Região, para fins de eficácia do presente instrumento, providenciará sua publicação no Diário Oficial da União, na forma de extrato e divulgado no PNCP.





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO - SANTA CATARINA**

---

**CLÁUSULA DEZENOVE - DO FORO**

---

Fica eleito o foro da Justiça Federal de Florianópolis - SC, como competente para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços, inclusive os casos omissos, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

---

**CLÁUSULA VINTE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

---

Além das disposições trazidas na presente ata de registro de preços, aplicam-se ainda o seguinte:

- I. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, § 2º, do Código Civil.
- II. O Fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, durante a vigência deste instrumento.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, firmou-se a presente Ata de Registro de Preços, a qual, depois de lida, e assinada eletrônica/digitalmente pelos representantes das partes, considerando-se efetivamente formalizada a partir da data da última assinatura.

**Contratante:**

**Marcus Vinicius de Lima Oliveira  
Diretor Geral  
TRT 12ª Região**

**Contratada:**

**Gabriel Herarte  
Sócio Administrador  
GH SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA**

